

A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL

Francielle Cristina Gaertner¹
Pedro Martins²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar a realidade do Território Rural do Planalto Norte Catarinense, por intermédio de estudo de caso realizado em de Rio Negrinho/SC nos Projetos de Assentamentos (PA) existentes. O problema de pesquisa estudado compreende a categoria pluriatividade e como se dá o processo de permanência de agricultores (assentados) no meio rural por meio do estabelecimento de trabalhos pluriativos. A reflexão do artigo visa compreender a pluriatividade no meio rural como uma categoria que vai além do setor produtivo, como um setor também consumidor de bens e serviços. Para a metodologia da pesquisa foram utilizadas técnicas etnográficas como observação participante e entrevistas. Os dados preliminares serão apresentados com base em revisão temática.

Palavras-chave: assentamento rural, pluriatividade, ruralidades.

Introdução

Estabelecer o território rural do Planalto Norte Catarinense como uma categoria de análise para a pluriatividade é um dos objetivos da pesquisa realizada.

Na contemporaneidade a pluriatividade como categoria vem sendo amplamente discutida ao nível do Brasil por profissionais das áreas agrárias e, no meio acadêmico, por diferentes áreas também tem sido tema de amplos debates. A pesquisa se propõe a identificar e reconhecer as formas em que a pluriatividade se estabelece no campo e as fragilidades a serem superadas. A discussão vem no sentido de que a pluriatividade, como categoria pode estar garantindo a permanência dos atores no meio rural, atende a uma lacuna que é o envelhecimento no campo, o que aponta para a necessidade de políticas de apoio para a juventude rural. Desta forma, nossa abordagem vem no sentido de que o rural precisa ser visto também como categoria consumidora de bens e serviços e não apenas como produtor de serviços agrícolas.

O presente artigo é resultado de uma revisão teórico temática a respeito do tema pluriatividade, elencando como esta categoria vem se apresentando no campo e quais os desafios a serem superados em relação ao planejamento territorial.

¹Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: franciellegaertner@gmail.com

²Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: weltermartins@yahoo.com.br

Campesinato e Agricultura Familiar na Contemporaneidade

À luz de nossa pesquisa trazemos uma breve contextualização sobre campesinato e agricultura familiar para entender o meio rural e o nosso campo de pesquisa.

O campesinato abrange o espaço familiar sem uma perspectiva de produção excedente e comercialização de qualquer produção. Ele se diferencia das diferentes formas de produção por ser planejado para subsistência dos familiares e sem a visão capitalista de obtenção de qualquer lucro sobre a produção.

Santos (1975, p. 34) afirma que: “[...] sua existência só é possível porque, utilizando mão-de-obra familiar e destinando parte da produção ao consumo da família, precisa de muito pouco para se manter e se reproduzir”. O que faz com que se tenha um espaço rural abundante de pequenos produtores principalmente em regiões consideradas rurais no Brasil e onde os mesmos resistem à sua existência e permanência, contrariando teorias que tenderiam ao seu desaparecimento caso não acompanhassem o desenvolvimento, teorias reforçadas por autores como Germer(2002) e Abramovay(1996).

Para trabalhar com o tema *agricultura familiar* em nosso território precisamos entender em termos conceituais que, para ser mantido o caráter familiar da produção, exige-se a presença de, ao menos, um membro da família que combine as atividades de administrador da produção com a de trabalhador:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional e perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1996, p.3).

As unidades familiares atendem aos interesses sociais do país, pois são produtivas, asseguram uma melhor preservação ambiental e são economicamente viáveis, além de atender aos interesses das famílias rurais e garantir autonomia social e justa (ainda que minimamente).

A agricultura familiar brasileira é responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos pela população, possibilita a diversidade, maior produtividade de vários segmentos e maior número de empregos em comparação com o agronegócio.

Citando Chayanov (Guzmán e Molina, 2013 p. 13) afirma que “o próprio capitalismo permite a coexistência de formas de produção não capitalistas. Prova disso é a agricultura familiar”.

Nesse sentido, a produção familiar é planejada para a subsistência da família, mas permite sim a venda de excedente, produção com o objetivo de gerar alguma renda para a família, sem gerar uma relação essencialmente capitalista.

Autores como Abramovay (1992) e Germer (2002) afirmam que só sobrevive o produtor capaz de conduzir-se como capitalista, isto é, aquele em que cuja produção além de cobrir os custos gera o lucro médio e a renda da terra. E ainda reforçam que ou ele vira capitalista ou tenderá a virar assalariado.

Segundo Abramovay ressalta, a agricultura familiar só existe com financiamento do Estado, afirmando que as políticas públicas voltadas a esse público é que garantem a continuidade dessa produção. Ou seja, se o Estado não financiar a produção do pequeno produtor ele tende, cedo ou tarde, a virar um proletariado.

O meio rural brasileiro vem passando nas últimas décadas, por transformações significativas, sendo um dos avanços que gostaríamos de pontuar é a criação do PRONAF. Fica evidente que, a pequena agricultura não tende ao seu desaparecimento e o que temos observado, são mecanismos de incentivo por parte do Governo Federal (PRONAF) e Governo Estadual (SC RURAL) quanto à implementação de políticas de apoio e enfrentamento a miséria no meio rural. Estimulando a produção familiar, para além da subsistência, iniciando uma produção voltada ao mercado e numa perspectiva de comercialização de excedentes como garantia de resistência, valorização da identidade cultural, permanência no meio rural e evitar o êxodo tão recorrente em alguns períodos da história.

Caracterização da área de Estudo

Para compreender as diferentes relações entre campesinato, agricultura familiar e pluriatividade na área rural de Santa Catarina, elegemos como referência para a pesquisa o município de Rio Negrinho, que compreende o Território do Planalto Norte, região envolvida na Guerra do Contestado, que compreende o período de 1912-1916. Segundo dados do censo 2010, Rio Negrinho possui 39.846 habitantes (36.348 urbanos e 3.498 rurais) em uma extensão territorial de 907,311 km² e uma densidade demográfica de 43,92 hab/Km².

Tem grande importância e necessidade em manter a agricultura familiar no meio rural pela sua vocação econômica municipal voltada para a área de produção primária e madeireira evidenciando a existência de sete assentamentos com grande potencial de produção e necessidade de acesso ao mercado. Muitos municípios residem na área rural e utilizam a terra como meio de produção, subsistência e geração de renda. Tanto que é possível observar a existência de feira municipal para comercialização dos produtos da agricultura familiar e, também, a compra e venda através de programas governamentais, como Programa de Aquisição de Alimentos PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, entre outras formas de comercialização.

Como recorte espacial da pesquisa foi realizado estudo nos assentamentos rurais existentes no município de Rio Negrinho/SC, como uma parcela significativa com vocação para agricultura familiar.

Segundo o Censo do IBGE, tendo como população no ano de 2010 o número de 39.846 habitantes, sendo que 36.348 estão inseridos na área urbana e 3.498 na área rural. A estimativa para o ano de 2017 é de aproximadamente 42.029 habitantes.

Se fizermos um resgate dos dados populacionais do IBGE do ano de 2000 temos a presença de 32.650 habitantes em área urbana e 5.057 na área rural. Ao comparar o último censo com o realizado no ano de 2000, um recorte temporal de 10 anos, observa-se êxodo no meio rural para a área urbana ou para outros centros provavelmente urbanos.

Localizado no interior de sua sede (Rio Negrinho), a cerca de 40 km encontra-se a localidade de Distrito de Volta Grande, onde apresentam-se 07 assentamentos rurais conforme base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (fevereiro 2017).

A tabela abaixo nos mostra a característica dessa realidade junto ao município de Rio Negrinho, apresentando o número de assentamento, sua denominação, capacidade de famílias em cada assentamento, número de famílias já assentadas, área do Projeto de Assentamento - PA e data da criação de cada assentamento.

PA	Capacidade	Núm. de Famílias Assentadas	Área PA	Data de criação
PA Rio da Lagoa	10	10	224	11/11/1988
PA Butiá	35	34	855	30/11/1988
PA Vassoura Branca	10	10	148.5971	14/06/1995
PA Campinas	08	07	113	17/10/1995
PA Domingos Carvalho	34	34	564.1726	17/02/1999
PA Três Rosas	07	06	91.7152	05/08/1999
PA Norilda da Cruz	79	73	1407.576	21/12/2006

Fonte: a autora (2017)

Mapa de localização do município de Rio Negrinho/SC:



Fonte: a autora

A categoria pluriatividade

Como uma das categorias de análise em nosso universo da pesquisa elegemos o conceito de pluriatividade. Embora conceitualmente possamos considerar o termo pluriatividade ou multifuncionalidade no meio rural como algo “novo”, o seu significado historicamente vem sendo praticado desde os primórdios.

Para compreender o que é pluriatividade invocamos a definição de Carneiro:

as atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou varios membros de um grupo doméstico não reconhecidas tanto por aqueles que estudam a questão agrária quanto pelos agentes sociais aí implicados (agricultores e técnicos agrícolas) com a noção de pluriatividade (1988, p. 148).

Historicamente o pequeno agricultor, normalmente empobrecido, sempre recorreu ao trabalho assalariado, seja para fazendeiros, seja a trabalhos temporários como uma forma de garantir sua sobrevivência, agregar renda e utilizar seu “espaço” para produzir para sua subsistência e de sua família.

Mesmo quando a propriedade possui uma produção regular, os agricultores tendem a aproveitar os períodos entre safra para se dedicar a outras atividades econômicas que podemos denominar como não-agrícolas para gerar renda para a sua família.

Podemos afirmar, assim, que a pluriatividade é uma condição de reprodução social de uma determinada classe de agricultores rurais que vem respondendo a uma crise da agricultura moderna e resistindo às falsas teorias sobre seu desaparecimento. Esta afirmação é também defendida por autores que estudaram o tema, como Bel (1987), Gerbaux (1988), Lamarche (1984).

A pluriatividade deve ser pensada e observada partindo do pressuposto das diversidades/particularidades rurais que o Brasil possui, para pensar o Território de uma forma multidimensional, para além do serviço produtivo (fornecedor), como também consumidor de bens e serviços de saúde, educação, lazer e transporte.

A renda e a subsistência das famílias deixam de ter o foco essencialmente agrícola e outras atividades *não-agrícolas* começam a ser trabalhadas tais como: turismo rural, artesanato e produtos da fazenda. Assim, gradativamente o agricultor pluriativo torna-se ao mesmo tempo, modelo e solução para o futuro da agricultura em zonas desfavorecidas.

Estende-se para além da categoria de agricultores tidos como “inviáveis” ou “marginalizados”, passando a atrair também aqueles que após terem realizado o modelo

modernizador, começam a sofrer os efeitos do seu esgotamento (Carneiro 1988; Wanderley 2003; Mendez 2012; Schneider 2003,2007).

Pertinente ainda, citar Bonnal et. al (2008, p. 196): “a multifuncionalidade da agricultura se expressa mediante a diversidade de formas de intercâmbio e reciprocidade em torno dos produtos agropecuários, do acesso aos recursos naturais (terra, água, floresta e outros) e das relações de trabalho”.

Desta forma, a importância que a pluriatividade impacta nas áreas rurais é significativa e deve ser estimulada através de políticas públicas de incentivo a profissionalização e também para garantir a permanência dos agricultores no meio rural, em especial para os jovens, pois evidencia-se que o nosso campo está “envelhecendo”.

Tendências e Desafios da Pluriatividade Contemporânea

Quebrar paradigmas, romper com o vício de que o rural só tem a vocação para o agrícola;

Quais os bens e serviços que a comunidade rural tem demandado?

Serviços disponíveis pela comunidade e que podem ser potencializados para o Território? (produção de água, ambiente limpo, serviços ambientais...)

Qual a formação básica necessária demandada pela comunidade (novos saberes) enquanto estratégias de desenvolvimento local/regional?

Como estão sendo reconhecidos/potencializados os talentos existentes (principalmente entre os jovens)

Desafios e estratégias

As estratégias de fortalecimento da pluriatividade vêm da consequente necessidade de olhar para o meio rural para além do setor produtivo (agrícola) dentro do contexto multidimensional e de mobilidade espacial que a ruralidade apresenta atualmente, principalmente como atores consumidores que demandam de uma estrutura mínima para viver com equidade social.

Podemos afirmar que a pluriatividade, em certo contexto, vem cumprindo seu papel de garantir renda e permanência de agricultores no meio rural. Porém, a falta de profissionalização, acesso a bens e serviços que o setor urbano oferece e o rural não, tem sido fatores que pesam quando da decisão do jovem quanto a permanecer ou não em seu território. Podemos identificar o rural envelhecendo e os jovens continuando a esvaziar o campo pela falta de sensibilidade e de atenção por parte dos órgãos públicos responsáveis por estabelecer

estratégias e políticas que venham ao encontro das necessidades da realidade rural, fragilizando a categoria rural que deveria estar sendo fortalecida, valorizada e mantida.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Comentário ao texto “A irrelevancia prática da agricultura ‘familiar’ para o emprego agrícola”, de Claus Germer. In: **Workshop Teórico: Economia Política da Agricultura**. Anais.Campinas, FEA/USP-IE/Unicamp, dezembro de 1996.

BONNAL, P. E.; CAZELLA, A., MALUF, Renato S. (orgs.), Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, Vol. 16, n. 02, 2008. 185-227.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? In: **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998. pp. 148-170.

GERMER, C. A irrelevancia prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**. Campinas, ABRA, n.1, 2002. pp. 47-62.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. “Sobre a evolução do conceito de campesinato”. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973, 242 p.

SANTOS, J. Vicente Tavares dos. A vivencia camponesa da insuficiencia econômico-social. **Debate & Crítica**, n. 6, São Paulo. P.171-176, 1975.